



020387 06-12 '18

VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Município de Pombal
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Largo do Cardal
3100-440 Pombal

Assunto: Envio de informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal

Conforme preconizado no artigo 77 da Lei 73/2013 "*Compete ao auditor externo que procede anualmente á revisão legal das contas remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira*". Neste sentido, serve a presente para remeter ao Ex.mo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal de Pombal a informação sobre a situação económica e financeira do Município reportado a 30 junho de 2018, documento que anexamos.

Com base no trabalho efetuado e explanado no documento, concluímos que o Município de Pombal dispõe de condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 junho de 2018.

Lisboa, 30 novembro de 2018

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda. (Inscrita na OROC sob o n.º 213)

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

Município de Pombal

**Informação do auditor externo sobre a situação
económica e financeira semestral**

30 de junho de 2018



Índice

1. Informação do auditor externo	3
2. Introdução.....	5
3. Âmbito.....	6
4. Procedimentos de auditoria	7
5. Execução orçamental.....	8
5.1 Execução orçamental da receita.....	9
5.2 Execução orçamental da receita – Comparação com período homólogo	13
5.3 Execução orçamental da despesa	13
5.4 Execução da Despesa – Comparação com o período homólogo	17
5.5 Equilíbrio Orçamental	17
5.6 Rácios receita / despesa.....	17
5.7 Grandes Opções do Plano (GOP).....	18
5.8 Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental.....	21
5.8.1 Compromissos assumidos	21
5.8.2 Contas de Ordem	21
5.8.3 Pagamentos em atraso.....	22
5.8.4 Fundos disponíveis.....	22
5.8.5 Endividamento.....	22
5.9 Deveres de informação	23
6. Demonstrações financeiras.....	23





VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

1. Informação do auditor externo

À Assembleia Municipal de Pombal

Ex.mos Srs. Deputados,

Introdução

Para efeitos do disposto na al. d) do N.º 2 do Art.º 77 da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira.

Responsabilidades

É da responsabilidade do órgão executivo a preparação de informação financeira, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em reportar a posição económica e financeira do Município conforme decorre da disposição legal supracitada.

Âmbito do trabalho

O Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares (semestrais), pelo que o trabalho desenvolvido teve como suporte a informação contabilística disponível, nomeadamente, balancetes analíticos relativos ao primeiro semestre, bem como os mapas de execução orçamental da receita e despesas preparados pelo Município. A presente informação não é uma auditoria de demonstrações financeiras e, por conseguinte, não é emitido parecer sobre as mesmas, resultando num mero relato da posição económica e financeira do Município conforme requerido por lei.



VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Não obstante o princípio subjacente a esta informação, foi obtida uma compreensão do sistema de controlo interno da Entidade, desenvolvidos procedimentos substantivos de revisão analítica, execução de procedimentos de detalhe numa base de amostragem à execução da receita e da despesa, conforme mais afrente se detalha.

Conclusão

Em resultado do trabalho desenvolvido concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição financeira do Município de Pombal é consistente com a do ano anterior e que à data de referência, o total da dívida representa 9,4% (30 de junho de 2017 - 12,4%) do máximo legal permitido. Expressamos também que o Município dispõe das condições financeiras necessárias para cumprir as obrigações assumidas a 30 de junho de 2018.

Lisboa, 30 de novembro de 2018

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda. (Inscrita na OROC sob o n.º 213)

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

2. Introdução

No âmbito da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e de acordo com o seu artigo n.º 77, são competências do auditor externo:

- a) Verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- b) Participação aos órgãos competentes das irregularidades, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos;
- c) Verificação dos valores patrimoniais recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Elaboração e submissão semestral, aos órgãos executivo e deliberativo, de informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emissão de parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras; e
- f) Pronúncio sobre quaisquer outras situações determinadas por Lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da Lei.

Tendo a Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda (doravante designada de VTA) sido nomeada para o desempenho das funções de auditoria externa da Câmara Municipal de Pombal (doravante designada de Município) para o mandato de 2018 – 2020, procedemos à análise da informação financeira relativa ao 1º semestre de 2018.

Com base no trabalho realizado e nas conclusões retiradas, elaborámos o presente relatório semestral sobre a situação económica e financeira, nos termos da alínea d) acima transcrita, o qual submetemos aos órgãos executivo e deliberativo.



3. Âmbito

O relatório sobre a situação económica e financeira visa relatar as situações de maior relevância identificadas no decorrer do processo de auditoria.

Uma vez que o presente documento é referente ao período findo em 30 de junho de 2018, serão apenas tecidas considerações relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2018.

As considerações nele efetuadas decorrem de procedimentos substantivos de carácter limitado executados quer ao nível das demonstrações financeiras quer ao nível dos mapas de execução orçamental do Município, proporcionando ao auditor um nível de segurança moderado que o habilita a declarar que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a crer que as demonstrações financeiras e orçamentais, anexas, não traduzem a posição económica financeira do Município.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade, a esta data, consiste na verificação da informação orçamental e financeira disponível e remetida ao tribunal de contas, competindo-nos emitir um relatório sobre a situação económica e financeira do Município baseado no trabalho executado.

O POCAL e a Lei das Finanças Locais, não preveem que os municípios elaborem demonstrações financeiras semestrais, pelo que as demonstrações financeiras aqui apresentadas, podem carecer de ajustamentos específicos de fecho de contas, nomeadamente, especialização dos exercícios ou periodização económica, amortizações, provisões, etc. No que se refere ao valor das amortizações e das provisões aqui apresentadas, o mesmo foi estimado tendo por base seis duodécimos de amortizações e provisões do ano anterior.

Os números comparativos contidos no balanço em análise referem-se aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, respetivamente. Por outro lado, os comparativos no que diz respeito à demonstração de resultados referem-se ao período homólogo.

A contabilidade orçamental assenta num princípio de tesouraria e fluxos financeiros (base de caixa), sendo este princípio o que a distingue, em larga escala, da contabilidade patrimonial (base do acréscimo). Deste modo, a informação económica e financeira aqui contida inclui não só os registos que decorrem da despesa paga e receita liquidada no primeiro semestre de 2018, mas também, todos os custos e proveitos que respeitam ao mesmo período, independentemente da data do seu pagamento e/ou recebimento.

O nosso trabalho incidirá sobre os documentos disponibilizados e recolhidos, durante o trabalho de campo, nomeadamente, balancetes analíticos, mapas de execução orçamental, mapa de responsabilidades de crédito, mapas com o serviço da dívida e grandes opções do plano, todos reportados a 30 junho de 2018.

4. Procedimentos de auditoria

O nosso trabalho abrangeu, entre outros, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- Reuniões com o chefe de Divisão de Administração e Finanças Municipais, para indagação de factos relevantes no contexto do Município e à prestação de informação financeira e patrimonial;
- Leitura e análise de atas, contratos e outros elementos que julgámos relevantes;
- Verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município;
- Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;
- Reconciliação do controlo orçamental da receita com a contabilidade patrimonial, que inclui verificação da receita reconhecida em proveitos e verificação da apresentação da receita por cobrar no balanço apresentado;
- Análise, por amostragem, de guias de receita de vendas e prestações de serviços, verificação dos protocolos subjacentes às transferências correntes obtidas e confirmação de recebimento efetivo de transferências correntes e de capital;
- Reconciliação do controlo orçamental da despesa com a contabilidade patrimonial, que inclui a verificação da despesa reconhecida em custos e verificação da despesa por pagar no balanço apresentado;
- Análise, por amostragem, de documentos de execução de despesa e verificação de cumprimento das fases da despesa;
- Análise, por amostragem, de contratos celebrados com prestadores de serviços, e verificação de cumprimento dos principais requisitos previstos no Código dos Contratos Públicos;

- Verificação da correta apresentação da receita e da despesa, tanto no controlo orçamental da receita/despesa, como na demonstração dos resultados, tendo em conta, sobretudo, a sua natureza;
- Recálculo das taxas de execução da despesa e da receita;
- Realização de testes substantivos para as contas consideradas significativas, nomeadamente:
 - o Análise e teste às rubricas da receita mais significativas, nomeadamente impostos diretos e transferências correntes;
 - o Análise e teste às rubricas da despesa mais significativas, nomeadamente, despesas com pessoal, aquisição de serviços e transferências correntes,
 - o Análise e teste às reconciliações bancárias;
 - o Análise e teste aos saldos de empréstimos obtidos, considerando a informação facultada pelo Município e a constante do mapa de responsabilidade de crédito do Banco de Portugal, e
- Realização de procedimentos analíticos nomeadamente:
 - o Comparação da informação financeira intercalar com a apresentada no período homólogo;
 - o Comparação dos mapas de execução orçamental com os apresentados no período homólogo;

Seguidamente, e sempre que se considerar relevante, serão apresentados mais detalhes sobre procedimentos de auditoria executados e principais conclusões.

5. Execução orçamental

O quadro abaixo visa apresentar as dotações de receita e de despesa, face à receita cobrada e despesa paga, com referência a 30 de junho de 2018. Os desvios evidenciados correspondem às receitas estimadas não recebidas e às despesas orçamentadas não pagas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da receita e da despesa.

Neste âmbito, é importante ser considerado pelos leitores do presente relatório, que os dados inscritos na coluna de Previsões / Dotações corrigidas referem-se aos orçamentos elaborados para o exercício de 2018 na sua integralidade, enquanto que a execução compreende apenas o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2018, motivo pelo qual o grau de execução não

se encontra próximo de 100%. Por outro lado, uma leitura de execução duodecimal também não será a mais apropriada, na medida em que, pode verificar-se uma concentração da execução orçamental, por motivos vários, no primeiro semestre ou no segundo.

30 de Junho de 2018	Previsões / Dotações corrigidas	Execução	Desvio	Grau de execução orçamental
Outras receitas	5 393 800,55 €	5 444 295,74 €	50 495,19 €	101%
Receitas correntes	33 728 005,00 €	15 417 239,03 € -	18 310 765,97 €	46%
Receitas de capital	5 455 815,52 €	963 208,29 € -	4 492 607,23 €	18%
Total da receita	44 577 621,07 €	21 824 743,06 € -	22 752 878,01 €	49,0%
Despesas correntes	24 708 311,00 €	9 525 796,28 € -	15 182 514,72 €	39%
Despesas de capital	19 869 310,07 €	4 385 918,17 € -	15 483 391,90 €	22%
Total da despesa	44 577 621,07 €	13 911 714,45 € -	30 665 906,62 €	31,2%

O nível de execução global da receita total situou-se nos 49%, enquanto o nível de execução da despesa global se firmou em 31,2%.

A execução global da receita é influenciada pela execução do saldo “na posse do serviço”, que transita da gerência anterior, e para o qual é sempre considerada execução plena, motivo pelo qual a rubrica “outras receitas” que apresenta uma execução superior a 100%.

A receita corrente arrecadada durante o primeiro semestre de 2018 foi suficiente para dar cumprimento à despesa corrente executada, muito embora o orçamento inicial da receita e da despesa previssessem um montante de despesa corrente superior ao valor de receita corrente. Este facto decorre da incorporação do saldo de gerência no orçamento do ano, que resulta num reforço do orçamento da despesa, conforme referido no parágrafo anterior.

5.1 Execução orçamental da receita

No que respeita à execução orçamental da receita, com referência a 30 de junho de 2018, esta subdivide-se de acordo com o quadro abaixo:

30 de Junho de 2018	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 728 005,00 €	15 417 239,03 € -	18 310 765,97 €	46%
Receita de capital	5 455 815,52 €	963 208,29 € -	4 492 607,23 €	18%
Outras Receitas	5 393 800,55 €	5 444 295,74 €	50 495,19 €	101%
Total - Receita	44 577 621,07 €	21 824 743,06 € -	22 752 878,01 €	49%

A receita prevista corresponde ao montante de receitas estimadas para o ano de 2018 e a receita cobrada líquida corresponde a verbas efetivamente recebidas para o período em referência. Destaca-se, a este respeito e a esta data, a reduzida execução de receita de capital, face ao que havia sido inicialmente estimado.

No que se refere à execução da receita global firma-se num montante inferior a 50% (execução que, em teoria, corresponderia a metade da receita prevista para o exercício), porque o saldo que transita da gerência anterior se encontra considerado como executado na íntegra.

A execução global da receita firma-se em 49%, destacando-se uma execução da receita corrente de 46%, ligeiramente abaixo dos 50% em face do período de referência.

Conforme se mostra na tabela acima, a execução da receita corrente cifra-se nos 46%, destacando-se, no entanto, uma execução superior a 50% em algumas das seguintes rubricas de receita corrente:

Receita corrente	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grav de execução orçamental
01. Impostos diretos	10 020 991,00 €	4 935 350,36 € -	5 085 640,64 €	49%
02. Impostos indiretos	161 747,00 €	109 999,05 € -	51 747,95 €	68%
04. Taxas, multas e outras penalidades	644 647,00 €	245 322,77 € -	399 324,23 €	38%
05. Rendimentos de propriedades	2 240 862,00 €	624 792,81 € -	1 616 069,19 €	28%
06. Transferências correntes	14 096 281,00 €	6 765 644,83 € -	7 330 636,17 €	48%
07. Vendas de bens e serviços correntes	6 494 836,00 €	2 687 102,00 € -	3 807 734,00 €	41%
08. Outras receitas correntes	68 641,00 €	49 027,21 € -	19 613,79 €	71%
Total - Receita corrente	33 728 005,00 €	15 417 239,03 € -	18 310 765,97 €	46%

Os Impostos diretos representam 30% da receita corrente global orçamentada e cerca de 32% da receita corrente cobrada.

Ao nível dos impostos diretos, o imposto que mais contribuiu para o valor de receita cobrada líquida foi o Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme se detalha:

Imposto diretos	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grav de execução orçamental
Imposto municipal sobre imoveis	6 243 144,00 €	3 464 220,43 € -	2 778 923,57 €	55%
Imposto único de circulação	1 335 831,00 €	757 407,38 € -	578 423,62 €	57%
Imposto municipal sobre transf. onerosas de imóveis	1 476 638,00 €	667 852,52 € -	808 785,48 €	45%
Derrama	965 378,00 €	45 870,03 € -	919 507,97 €	5%
Total - Impostos diretos	10 020 991,00 €	4 935 350,36 € -	5 085 640,64 €	49%

As transferências correntes representam 42% da receita corrente global orçamentada e cerca de 47% da receita corrente cobrada. São recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

A execução em sede de transferências correntes, de 48%, resulta de uma receita cobrada correspondente a quase metade da receita estimada para o ano de 2018, tal como seria expectável.

Transferências correntes	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Privadas	78 007,00 €	6 616,08 € -	71 390,92 €	8%
Companhias de seguros e fundos de pensões	11 536,00 €	12 572,56 €	1 036,56 €	109%
Fundo de equilíbrio financeiro	10 527 412,00 €	5 263 704,00 € -	5 263 708,00 €	50%
Fundo Social Municipal	833 948,00 €	416 970,00 € -	416 978,00 €	50%
Participação variável no IRS	1 314 838,00 €	657 414,00 € -	657 424,00 €	50%
PEPAL	126 258,00 €	- € -	126 258,00 €	0%
FEAC - Fundo europeu de auxílio às pessoas mais carenciadas	7 004,00 €	8 456,13 €	1 452,13 €	121%
Serviços e fundos autónomos	1 197 228,00 €	387 586,74 € -	809 641,26 €	32%
Famílias	50,00 €	12 325,32 €	12 275,32 €	24651%
Total - Transferências correntes	14 096 281,00 €	6 765 644,83 € -	7 330 636,17 €	48%

Destaca-se também uma execução superior às expectativas em sede de impostos indiretos (68%), e também na rubrica “Outras receitas correntes” (71%), na qual a receita cobrada foi superior à orçamentada.

Na rubrica de transferências correntes, ao nível da receita cobrada líquida, destacam-se as seguintes categorias de receita:

- O *Fundo de equilíbrio financeiro (FEF)* - representa a receita do Município no âmbito da sua participação nos impostos do estado e decorre da Lei n.º 114/2017, mapa XIX. Com referência ao período em análise, foi recebido 50% do valor estimado, o que corresponde à receita dos primeiros 6 meses do ano. Este facto justifica uma execução de 50%. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 5.263.704,00 €;
- O *Fundo Social Municipal (FSM) e Participação variável no IRS* - representam a receita do Município no âmbito da sua participação nos impostos do estado e decorre da Lei n.º 114/2017, mapa XIX. Com referência ao período em análise, foi recebido 50% do valor estimado, que corresponde à receita dos primeiros 6 meses do ano. Este facto justifica uma execução de 50%. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 1.074.393,00€;



- *Os Serviços e Fundos autónomos do Estado:* - representam, principalmente, a receita recebida da DGEST para financiamento das competências atribuídas ao Município, no âmbito do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. Com referência ao período em análise, o valor recebido fica abaixo do valor que seria expectável para os primeiros 6 meses do ano. Este facto justifica uma execução de apenas 32%. Verificámos documentalmente os montantes recebidos, que perfazem o valor de 257.971,89 € num total de 387.586,74 €.

No âmbito da análise da receita de capital cumpre-nos destacar a sua relevância no orçamento da receita do Município, sobretudo no que respeita às transferências de capital. Veja-se:

Receita de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
09. Venda de bens de investimento	471 672,00 €	42 022,50 € -	429 649,50 €	8,91%
10. Transferências de capital	4 917 143,52 €	921 185,79 € -	3 995 957,73 €	18,73%
13. Outras receitas de capital	67 000,00 €	- € -	67 000,00 €	0,00%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	7 771,00 €	58 266,19 €	50 495,19 €	749,79%
16. Saldo de gestão anterior	5 386 029,55 €	5 386 029,55 €	- €	100,00%
Total - Receita de capital	10 849 616,07 €	6 407 504,03 € -	4 442 112,04 €	59,06%

A execução das transferências de capital é de apenas 18,73%.

Para finalizar as notas referentes ao controlo orçamental da receita, mostra-se, no quadro abaixo, receitas que transitam por cobrar no período em referência, e que serão apenas cobradas no segundo semestre do ano ou ano seguinte. Veja-se:

Receita por cobrar	Previsões corrigidas	Receita por cobrar no início do ano	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar no final do ano
Coimas e penalidades por contra ordenações	10 741,00 €	53 414,32 €	7 770,00 €	56 453,12 €
Multas e penalidades diversas	5 612,00 €	14 327,88 €	1 428,00 €	14 786,88 €
Privadas	78 007,00 €	16 184,38 €	6 616,08 €	18 849,63 €
Famílias	50,00 €	- €	12 325,32 €	10 261,61 €
Água	2 621 270,00 €	26 394,88 €	1 094 637,18 €	11 029,18 €
Resíduos sólidos	1 665 803,00 €	21 372,32 €	735 532,47 €	10 044,25 €
Mercados e feiras	105 117,00 €	9 499,27 €	41 883,02 €	16 976,28 €
Habitações	37 379,00 €	65 596,87 €	15 772,78 €	34 605,35 €
Outras receitas por cobrar	40 053 642,07 €	64 888,59 €	158 076,73 €	45 880,34 €
Total	44 577 621,07 €	271 678,51 €	2 074 041,58 €	218 886,64 €

5.2 Execução orçamental da receita – Comparação com período homólogo

Comparativamente com igual período do ano transato, calculando o grau de execução orçamental da receita global com base na receita cobrada líquida, esta diminui cerca de 4%, passando de 53% para 49%.

Classificação económica	30 de Junho de 2018			30 de Junho de 2017		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
Receita corrente	33 728 005,00 €	15 417 239,03 €	46%	33 211 477,67 €	15 799 986,55 €	48%
Receita de capital	5 455 815,52 €	963 208,29 €	18%	7 360 201,37 €	1 761 006,36 €	24%
Outras receitas	5 393 800,55 €	5 444 295,74 €	101%	8 863 920,96 €	8 863 859,93 €	100%
Total - Receita	44 577 621,07 €	21 824 743,06 €	49%	49 435 600,00 €	26 424 852,84 €	53%

Conforme se mostra na tabela acima, a execução da receita corrente cifra-se nos 46%, menos 2% que a receita corrente apurada em igual período do ano anterior. Comparativamente, a receita corrente apresenta a seguinte composição:

Classificação económica	30 de Junho de 2018			30 de Junho de 2017		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
01. Impostos diretos	10 020 991,00 €	4 935 350,36 €	49%	10 050 907,67 €	4 937 665,20 €	49%
02. Impostos indiretos	161 747,00 €	109 999,05 €	68%	154 976,00 €	32 790,47 €	21%
04. Taxas, multas e outras penalidades	644 647,00 €	245 322,77 €	38%	454 737,00 €	569 553,98 €	125%
05. Rendimentos de propriedades	2 240 862,00 €	624 792,81 €	28%	2 179 951,00 €	750 244,72 €	34%
06. Transferências correntes	14 096 281,00 €	6 765 644,83 €	48%	14 038 170,00 €	6 618 543,83 €	47%
07. Vendas de bens e serviços correntes	6 494 836,00 €	2 687 102,00 €	41%	6 060 111,00 €	2 869 918,51 €	47%
08. Outras receitas correntes	68 641,00 €	49 027,21 €	71%	272 625,00 €	21 269,84 €	8%
Total - Receita corrente	33 728 005,00 €	15 417 239,03 €	46%	33 211 477,67 €	15 799 986,55 €	48%

5.3 Execução orçamental da despesa

A execução orçamental da despesa, com referência a 30 de junho de 2018, apresenta-se da seguinte forma:

30 de Junho de 2018	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesa corrente	24 708 311,00 €	20 856 018,26 €	9 525 796,28 €	11 330 221,98 €	84%	39%
Despesa de capital	19 869 310,07 €	17 246 140,63 €	4 385 918,17 €	12 860 222,46 €	87%	22%
Total - Despesa	44 577 621,07 €	38 102 158,89 €	13 911 714,45 €	24 190 444,44 €	85%	31%

Calculando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, esta firma-se em cerca de 31%. No entanto, refira-se que, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental aumenta de 31% para 85%.

Do total de despesa comprometida, o montante de 24.190.444,44 €, correspondem a compromissos assumidos com fornecedores, relativos a serviços ainda não prestados e, por isso, não faturados e consequentemente não pagos pelo Município. O remanescente (13.911.714,45€) corresponde a serviços prestados e faturas emitidas que foram liquidadas pelo Município até 30 junho 2018.

Os compromissos assumidos apresentam um montante inferior às dotações revistas, conforme era expectável.

No que respeita ao orçamento global, revisto mediante aprovação em órgão deliberativo, a despesa corrente representa cerca de 55% da despesa total orçamentada e a despesa de capital corresponde a 45% desta.

Esta ponderação altera-se quando nos referimos à despesa paga no período, uma vez que a execução da despesa de capital se mostra reduzida face ao previsto. A despesa corrente paga representa 68,47% da despesa paga total e a despesa de capital corresponde a 31,53% da despesa liquidada no ano. Este facto decorre do nível de execução orçamental de ambas as categorias de despesa.

O detalhe da execução orçamental da despesa corrente apresenta-se de seguida:

Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grande execução orçamental - Pagamentos
01. Despesas com pessoal	8 891 503,00 €	8 618 466,17 €	3 936 019,84 €	4 682 446,33 €	97%	44%
02.01 Aquisição de bens	1 751 249,00 €	1 349 493,11 €	678 269,03 €	671 224,08 €	77%	39%
02.02 Aquisição de serviços	10 283 800,00 €	8 019 417,92 €	3 243 772,79 €	4 775 645,13 €	78%	32%
03. Juros e outros encargos	31 000,00 €	29 556,68 €	14 710,44 €	14 846,24 €	95%	47%
04. Transferências correntes	3 315 859,00 €	2 451 506,63 €	1 404 899,21 €	1 046 607,42 €	74%	42%
05. Subsídios	69 800,00 €	69 641,48 €	25 645,81 €	43 995,67 €	0%	0%
06. Outras despesas correntes	365 100,00 €	317 936,27 €	222 479,16 €	95 457,11 €	87%	61%
Total - Despesa corrente	24 708 311,00 €	20 856 018,26 €	9 525 796,28 €	11 330 221,98 €	84%	39%

A análise do quadro supra permite-nos constatar que existe uma diferença entre o nível de execução da despesa paga, que se firma, a esta data, em 39%, e o grau de execução de despesa comprometida, que se apresenta em 84%, o que significa que o volume de pagamentos efetuados foi bastante inferior ao montante de compromissos assumidos no mesmo período. Esta discrepância decorre do facto de ter sido comprometida despesa que ainda não terá sido faturada pelos fornecedores nem,

consequentemente, paga pelo Município, ou, por outro lado, do facto de ainda não terem sido executados os serviços / bens adquiridos já comprometidos.

A rubrica 01. *Despesas com o pessoal* é uma das mais relevantes componentes das despesas correntes do Município e corresponde a 41% da despesa corrente comprometida e da despesa corrente paga. Inclui remunerações processadas para os titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos e para o pessoal dos quadros, encargos com remunerações, gastos com seguros, entre outros. Regista também, os encargos com remunerações que decorrem de contribuições a cargo da entidade patronal relativas a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações.

Cerca de 38% da despesa corrente comprometida e cerca de 34% da despesa corrente paga destinaram-se à aquisição de serviços (rubrica 02.02 *Aquisição de serviços*). Esta rubrica inclui despesas de comunicação, assistência técnica, locação, conservação e reparação, estudos, pareceres e projetos, consultoria, trabalhos especializados, formação, publicidade, vigilância e segurança, entre outros.

Finalmente, destaca-se a rubrica 04. *Transferências correntes*, que representa 12% da despesa corrente comprometida e 15% da despesa paga, sendo que esta rubrica contempla importâncias pagas a organismos e entidades, sem que tal implique, por parte das unidades beneficiárias, qualquer contraprestação direta. Aqui incluem-se transferências efetuadas para as freguesias, famílias (prestações sociais a famílias carenciadas) e instituições sem fins lucrativos, etc.

Finalmente, apresenta-se abaixo a despesa global do período:



Decomposição despesa	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Remunerações certas permanentes	6 611 570,00 €	6 568 428,21 €	3 035 228,45 €	3 533 199,76 €	99%	46%
Abonos variáveis ou eventuais	265 727,00 €	257 659,08 €	139 355,30 €	118 303,78 €	97%	52%
Segurança social	2 014 206,00 €	1 792 378,88 €	761 436,09 €	1 030 942,79 €	89%	38%
Aquisição de bens	1 751 249,00 €	1 349 493,11 €	678 269,03 €	671 224,08 €	77%	39%
Aquisição de serviços	10 283 800,00 €	8 019 417,92 €	3 243 772,79 €	4 775 645,13 €	78%	32%
Juros da dívida pública	29 500,00 €	29 500,00 €	14 653,76 €	14 846,24 €	100%	50%
Outros encargos correntes da dívida pública	500,00 €	- €	- €	- €	0%	0%
Outros juros	1 000,00 €	56,68 €	56,68 €	- €	6%	6%
Administração local	1 052 459,00 €	657 678,90 €	515 410,65 €	142 268,25 €	62%	49%
Instituições sem fins lucrativos	888 300,00 €	865 286,69 €	464 824,91 €	400 461,78 €	97%	52%
Famílias	1 375 100,00 €	928 541,04 €	424 663,65 €	503 877,39 €	68%	31%
Sociedades e quase-soc. não financeiras	50 800,00 €	50 704,72 €	12 500,00 €	38 204,72 €	100%	25%
Famílias	19 000,00 €	18 936,76 €	13 145,81 €	5 790,95 €	100%	69%
Diversas	365 100,00 €	317 936,27 €	222 479,16 €	95 457,11 €	87%	61%
Investimentos	8 884 750,00 €	8 214 126,28 €	1 419 805,39 €	6 794 320,89 €	92%	16%
Bens de domínio público	8 335 700,00 €	6 968 699,14 €	1 797 041,58 €	5 171 657,56 €	84%	22%
Administração central	26 400,00 €	2 147,58 €	2 147,58 €	- €	8%	8%
Administração local	1 031 910,07 €	734 538,64 €	402 536,23 €	332 002,41 €	71%	39%
Instituições sem fins lucrativos	797 800,00 €	546 428,55 €	304 580,49 €	241 848,06 €	68%	38%
Unidades de participação	105 050,00 €	92 550,00 €	92 550,00 €	- €	88%	88%
Empréstimos a médio e longo prazo	664 000,00 €	664 000,00 €	355 431,68 €	308 568,32 €	100%	54%
Outros passivos financeiros	23 700,00 €	23 650,44 €	11 825,22 €	11 825,22 €	100%	50%
Total	44 577 621,07 €	38 102 158,89 €	13 911 714,45 €	24 190 444,44 €	85%	31%

No que se refere à execução orçamental das despesas de capital, estas apresentam o seguinte detalhe:

Despesas de Capital	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Compromissos por pagar	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
07. Aquisição de bens de capital	17 220 450,00 €	15 182 825,42 €	3 216 846,97 €	11 965 978,45 €	88%	19%
08. Transferências de capital	1 856 110,07 €	1 283 114,77 €	709 264,30 €	573 850,47 €	69%	38%
09. Ativos financeiros	105 050,00 €	92 550,00 €	92 550,00 €	- €	88%	88%
10. Passivos Financeiros	687 700,00 €	687 650,44 €	367 256,90 €	320 393,54 €	100%	53%
Total - Despesas de capital	19 869 310,07 €	17 246 140,63 €	4 385 918,17 €	12 860 222,46 €	87%	22%

Com base no quadro supra, conclui-se que o grau de execução das despesas de capital baseado nos compromissos é de 87% e que o índice de pagamentos destas apresenta-se em 22%. Isto significa que, para um investimento global estimado de 19.869.310,07 €, o Município comprometeu, por via de celebração de contratos com fornecedores, 17.246.140,63 € e pagou apenas 4.385.918,17 €.

5.4 Execução da Despesa – Comparação com o período homologado

Comparando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, verificamos que existe uma diminuição de 9% face a 2017, passando de 40 % para 31 %

Classificação económica	30 de Junho de 2018				
	Dotações corrigidas	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesa corrente	24 708 311,00 €	20 856 018,26 €	9 525 796,28 €	84%	39%
Despesa de capital	19 869 310,07 €	17 246 140,63 €	4 385 918,17 €	87%	22%
Total - Despesa	44 577 621,07 €	38 102 158,89 €	13 911 714,45 €	85%	31%

Classificação económica	30 de Junho de 2017				
	Dotações corrigidas	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Grau de execução orçamental - Compromissos	Grau de execução orçamental - Pagamentos
Despesa corrente	23 425 950,00 €	19 255 258,37 €	10 234 249,06 €	82%	44%
Despesa de capital	26 009 650,00 €	25 831 802,56 €	9 331 633,52 €	99%	36%
Total - Despesa	49 435 600,00 €	45 087 060,93 €	19 565 882,58 €	91%	40%

Por outro lado, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental também diminui, passando de 91% para 85%.

5.5 Equilíbrio Orçamental

No que respeita ao equilíbrio orçamental, no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, define-se, entre outros aspetos, que os orçamentos das entidades do setor local devem prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Sem prejuízo deste facto, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente (...)”.

A esta data, o Município cumpre a regra do equilíbrio financeiro definido por Lei.

5.6 Rácios receita / despesa

Listamos abaixo um conjunto de rácios baseados nos dados orçamentais com referência a 30 de junho de 2018:



30 de Junho de 2018	Previsões / Dotações corrigidas	Execução
Grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente	137%	162%
Despesa		
Peso da despesa corrente na despesa total	55%	68%
Peso da despesa de capital na despesa total	45%	32%
Peso da despesa com o pessoal na despesa corrente	36%	41%
Peso da despesa com aquisição de bens e serviços na despesa corrente	49%	45%
Receita		
Peso da receita corrente na receita total	76%	71%
Peso da receita de capital na receita total	12%	4%
Peso das transferências correntes na receita corrente	19%	17%

Do ponto de vista da execução, a receita corrente executada superou a despesa corrente paga. Constata-se, deste modo, que a receita corrente foi suficiente para fazer face ao cumprimento da despesa corrente.

A despesa corrente representa 68% da despesa paga total. A despesa com pessoal representa 41% do total das despesas correntes pagas, e os pagamentos de despesas com aquisição de bens e serviços firmam-se em 45% da globalidade das despesas correntes pagas no período. A despesa de capital representa 32% da despesa total paga.

Conclui-se que a receita corrente representa 76% da receita total prevista e 71% da receita total executada e que as transferências correntes são a principal rubrica da receita corrente executada, conforme já havia sido anteriormente constatado, representando 17% da receita corrente cobrada.

5.7 Grandes Opções do Plano (GOP)

Nas Grandes Opções do Plano (GOPs) são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais mais relevantes da gestão autárquica (PAM).

O orçamento das GOPs para 2018 cifra-se em 28.549.509,07€. Em 2017 contava-se com um orçamento de 34.446.900€, o que significa uma diminuição de 5.897.390,93 €

As GOPs, de horizonte móvel de quatro anos, incluem todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pelo Município. Resumidamente, são quatro as funções das GOPs:



Objetivo	Descrição	Dotação Final	Compromisso	% de execução	Pagamento	% de execução
1	Funções gerais	2 294 750,00 €	1 938 982,79 €	84%	416 762,58 €	18%
2	Funções sociais	18 216 500,00 €	15 491 828,06 €	85%	4 944 263,55 €	27%
3	Funções Económicas	5 201 900,00 €	4 187 570,31 €	81%	526 765,39 €	10%
4	Outras funções	2 836 359,07 €	2 269 686,09 €	80%	1 401 141,55 €	49%
Total		28 549 509,07 €	23 888 067,25 €	84%	7 288 933,07 €	26%

Como se verifica na análise acima a função designada na GOP de “Outras funções” apresenta uma taxa de execução (pagamento vs dotação) de 49%. Nesta função, encontramos justificação para as operações relacionadas com a dívida autárquica, transferências para entidade da administração central e autárquica, entre outras, conforme detalhe abaixo.

Objetivo	Descrição	Dotação Final	Compromisso	% de execução	Pagamento	% de execução
41	Operações da dívida autárquica	694 000,00 €	693 500,00 €	100%	370 085,44 €	53%
422	Outros Apoios Concedidos	50 800,00 €	50 704,72 €	100%	12 500,00 €	25%
423	Comparticipações Assoc. Intermunicipais, Parcerias e Quotiz.	85 200,00 €	43 813,09 €	51%	23 974,62 €	28%
424	Transferências p/ a Administração Central	120 000,00 €	120 000,00 €	100%	61 895,40 €	52%
425	Contratos, Acordos, Apoios e Transf. para as Freguesias	1 781 309,07 €	1 269 118,28 €	71%	840 136,09 €	47%
431	Participação em Sociedades, Associações e S. Empresarial Local	105 050,00 €	92 550,00 €	88%	92 550,00 €	88%
Total		2 836 359,07 €	2 269 686,09 €	80%	1 401 141,55 €	49%

De salientar:

- as transferências realizadas para as freguesias, no âmbito dos acordos de colaboração, execução e também contratos inter-administrativos e outros apoios efetuados,
- as operações de dívida autárquica, que corresponde a amortização de capital e juros dos empréstimos de médio/longo prazo contratados com as instituições financeiras e com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Comparativamente com igual período do ano transato, detalhamos a evolução das GOPs, por objetivo.

Obj.	Designação	30/jun/18			30/jun/17			2018/2017
		Dotação Final	Compromisso	% de execução	Dotação Final	Compromisso	% de execução	
111	Administração geral	1 963 350,00 €	1 624 706,04 €	83%	1 616 400,00 €	1 190 118,17 €	74%	9,12%
121	Protecção civil e luta contra incêndios	331 400,00 €	314 276,75 €	95%	425 050,00 €	422 054,55 €	99%	-4,46%
211	Ensino não superior	3 573 540,00 €	3 453 777,48 €	97%	5 419 400,00 €	5 269 542,19 €	97%	-0,59%
212	Serviços auxiliares de ensino	2 444 000,00 €	1 700 971,27 €	70%	1 887 800,00 €	1 685 454,92 €	89%	-19,68%
221	Serviços individuais de saúde	36 900,00 €	17 192,78 €	47%	43 600,00 €	21 748,61 €	50%	-3,29%
231	Segurança social	47 100,00 €	46 330,48 €	98%	40 500,00 €	40 410,72 €	100%	-1,41%
232	Ação social	914 360,00 €	548 030,42 €	60%	324 600,00 €	324 248,32 €	100%	-39,96%
241	Habitação	85 000,00 €	72 975,13 €	86%	- €	- €		85,85%
242	Ordenamento do território	3 746 900,00 €	3 677 929,01 €	98%	5 608 400,00 €	5 373 447,93 €	96%	2,35%
243	Saneamento	2 942 500,00 €	2 608 386,74 €	89%	2 883 300,00 €	2 712 235,93 €	94%	-5,42%
244	Abastecimento de água	825 500,00 €	772 452,74 €	94%	1 496 500,00 €	672 928,30 €	45%	48,61%
245	Resíduos sólidos	529 700,00 €	524 205,82 €	99%	570 600,00 €	567 574,42 €	99%	-0,51%
246	Protecção do meio ambiente e conserv. natureza	932 900,00 €	659 373,04 €	71%	668 700,00 €	600 354,43 €	90%	-19,10%
251	Cultura	1 159 800,00 €	659 512,40 €	57%	845 550,00 €	815 430,43 €	96%	-39,57%
252	Desporto, recreio e lazer	923 100,00 €	702 593,70 €	76%	1 272 100,00 €	1 248 169,42 €	98%	-22,01%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	55 200,00 €	48 097,05 €	87%	110 300,00 €	109 192,08 €	99%	-11,86%
311	Fomento agrícola	500,00 €	- €	0%	- €	- €		0,00%
312	Planeamento e prevenção da floresta	713 100,00 €	624 885,97 €	88%	77 200,00 €	73 531,38 €	95%	-7,62%
321	Gestão energética e iluminação pública	131 800,00 €	65 939,23 €	50%	108 600,00 €	75 449,01 €	69%	-19,44%
322	Parques industriais	1 160 300,00 €	1 012 557,59 €	87%	17 300,00 €	17 213,70 €	100%	-12,23%
323	Fomento de energias renováveis	500,00 €	- €	0%	- €	- €		0,00%
331	Transportes rodoviários	1 448 900,00 €	815 163,05 €	56%	7 077 700,00 €	6 946 829,44 €	98%	-41,89%
341	Mercados e feiras	15 000,00 €	12 044,10 €	80%	11 500,00 €	7 826,16 €	68%	12,24%
342	Turismo	1 731 800,00 €	1 656 980,37 €	96%	427 500,00 €	400 069,17 €	94%	2,10%
41	Operações da dívida autárquica	694 000,00 €	693 500,00 €	100%	821 800,00 €	821 656,07 €	100%	-0,05%
42	Transferências entre administrações	2 037 309,07 €	1 483 636,09 €	73%	2 445 700,00 €	2 077 696,19 €	85%	-12,13%
43	Diversos	105 050,00 €	92 550,00 €	88%	246 800,00 €	123 400,00 €	50%	38,10%
Total		28 549 509,07 €	23 888 067,25 €	83,7%	34 446 900,00 €	31 596 581,54 €	91,7%	-8,1%

De uma forma geral, a taxa de execução entre os compromissos assumidos e a dotação final, apresenta uma ligeira descida face a igual período de 2017.

Se compararmos a taxa de execução calculada com base nos pagamentos efetuados, verificamos a mesma tendência de descida. Passamos de 36,2% (2017) para 25,5% (2018). Veja-se:

OB	Descrição	30/jun/18			30/jun/17			2018/2017
		Dotação final	Pagamento	% de execução	Dotação final	Pagamento	% de execução	
111	Administração geral	1 963 350,00 €	222 022,65 €	11%	1 616 400,00 €	334 369,48 €	21%	-9%
121	Protecção civil e luta contra incêndios	331 400,00 €	194 739,93 €	59%	425 050,00 €	277 289,50 €	65%	-6%
211	Ensino não superior	3 573 540,00 €	773 775,18 €	22%	5 419 400,00 €	2 059 513,04 €	38%	-16%
212	Serviços auxiliares de ensino	2 444 000,00 €	967 537,60 €	40%	1 887 800,00 €	1 048 254,39 €	56%	-16%
221	Serviços individuais de saúde	36 900,00 €	9 385,68 €	25%	43 600,00 €	9 385,68 €	22%	4%
231	Segurança social	47 100,00 €	28 431,14 €	60%	40 500,00 €	23 259,43 €	57%	3%
232	Ação social	914 360,00 €	266 496,41 €	29%	324 600,00 €	179 803,97 €	55%	-26%
241	Habitação	85 000,00 €	48 209,25 €	57%	- €	- €		57%
242	Ordenamento do território	3 746 900,00 €	907 552,56 €	24%	5 608 400,00 €	1 585 241,48 €	28%	-4%
243	Saneamento	2 942 500,00 €	573 436,79 €	19%	2 883 300,00 €	973 755,61 €	34%	-14%
244	Abastecimento de água	825 500,00 €	398 970,06 €	48%	1 496 500,00 €	169 781,77 €	11%	37%
245	Resíduos sólidos	529 700,00 €	171 555,35 €	32%	570 600,00 €	235 117,86 €	41%	-9%
246	Protecção do meio ambiente e conserv. natureza	932 900,00 €	136 721,75 €	15%	668 700,00 €	251 930,18 €	38%	-23%
251	Cultura	1 159 800,00 €	149 909,78 €	13%	845 550,00 €	382 466,32 €	45%	-32%
252	Desporto, recreio e lazer	923 100,00 €	478 704,28 €	52%	1 272 100,00 €	414 554,06 €	33%	19%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	55 200,00 €	33 577,72 €	61%	110 300,00 €	74 921,19 €	68%	-7%
311	Fomento agrícola	500,00 €	- €	0%	- €	- €		0%
312	Planeamento e prevenção da floresta	713 100,00 €	83 836,28 €	12%	77 200,00 €	25 738,16 €	33%	-22%
321	Gestão energética e iluminação pública	131 800,00 €	52 116,49 €	40%	108 600,00 €	62 490,11 €	58%	-18%
322	Parques industriais	1 160 300,00 €	172,20 €	0%	17 300,00 €	17 122,16 €	99%	-99%
323	Fomento de energias renováveis	500,00 €	- €	0%	- €	- €		0%
331	Transportes rodoviários	1 448 900,00 €	347 363,55 €	24%	7 077 700,00 €	2 821 345,47 €	40%	-16%
341	Mercados e feiras	15 000,00 €	8 544,10 €	57%	11 500,00 €	7 423,95 €	65%	-8%
342	Turismo	1 731 800,00 €	34 732,77 €	2%	427 500,00 €	35 215,98 €	8%	-6%
41	Operações da dívida autárquica	694 000,00 €	370 085,44 €	53%	821 800,00 €	305 717,12 €	37%	16%
42	Transferências entre administrações	2 037 309,07 €	938 506,11 €	46%	2 445 700,00 €	1 054 336,76 €	43%	3%
422	Outros apoios concedidos	50 800,00 €	12 500,00 €	25%	- €	- €		25%
423	Complicações assoc. intermunicipais, parcerias e quotiz.	85 200,00 €	23 974,62 €	28%	- €	- €		28%
424	Transferências p/ a administração central	120 000,00 €	61 895,40 €	52%	- €	- €		52%
425	Contratos, acordos, apoios e transf. para as freguesias	1 781 309,07 €	840 136,09 €	47%	- €	- €		47%
43	Diversos	105 050,00 €	92 550,00 €	88%	246 800,00 €	123 400,00 €	50%	38%
431	Participação em soc., associações e setor empr. local	105 050,00 €	92 550,00 €	88%	- €	- €		88%
Total		28 549 509,07 €	7 288 933,07 €	25,5%	34 446 900,00 €	12 472 433,67 €	36,2%	-10,7%

5.8 Outros documentos preparados no âmbito da execução orçamental

5.8.1 Compromissos assumidos

O valor dos compromissos assumidos a 30.06.2018 é de 38.102.158,89 €, de acordo informação apresentada no controlo orçamental da despesa. Esta informação foi devidamente reportada no SIIAL.

5.8.2 Contas de Ordem

As contas de ordem visam refletir compromissos assumidos fora do balanço, ou seja, garantias bancárias sobretudo prestadas no âmbito de relações contratuais com fornecedores, e ainda

retenções efetuadas no pagamento de faturas de fornecedores. Trata-se de informação extra-contabilística, sendo o seu valor global de 14.507.765,10 €. Este saldo corresponde a cauções em depósito (2.669.943,28) e a outros documentos tais como garantias bancárias, seguros\caução, depósitos\caução no valor de 11.837.821,82.

5.8.3 Pagamentos em atraso

De acordo com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, pagamentos em atraso são aqueles que se encontram apresentados nas contas a pagar, e que permaneçam nessa situação mais de 90 dias após data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Com referência a 30 de junho de 2018, o Município não apresenta pagamentos em atraso.

5.8.4 Fundos disponíveis

Os fundos disponíveis reportados a 30 de junho de 2018 na aplicação *Medidata* estão de acordo com os comunicados no portal autárquico.

5.8.5 Endividamento

No que respeita ao endividamento, o Artigo 52º da Lei 73 / 2013 apresenta as disposições legais que regulam o regime de crédito dos Municípios. A dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. Veja-se:

Conta	Descrição	Valor
22	Fornecedores c/c	398.575,68 €
23	Empréstimos	4.104.844,89 €
261	Fornecedores de imobilizado	198.538,41 €
281	Outros credores	298.830,04 €
281	FAM	- 277.650,00 €
268127	Subsídios e subvenções reembolsáveis	- 96.572,75 €
Endividamento total do Município		4.626.566,27 €
Limite legal de endividamento		49.004.522,00 €
Margem		44.377.955,73 €



Em face do exposto e considerando o limite máximo de endividamento permitido (49.004.522€), concluímos que o Município cumpre o limite legal, dispondo ainda de uma margem de segurança positiva.

5.9 Deveres de informação

No que respeita a eventuais incumprimentos relativos aos deveres de informação, nada chegou ao nosso conhecimento.

6. Demonstrações financeiras

Apresenta-se abaixo o balanço que consideramos comparável com o período anterior, uma vez que foram ambos preparados de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

De salientar que o Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares, pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte os balancetes disponibilizados, bem como a análise efetuada às contas.

6.1 Balanço – Ativo

Balanco - Ativo	30/06/2018			31/12/2017
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado				
- Bens de domínio público	158 045 215,75 €	53 616 106,07 €	104 429 109,68 €	105 660 351,64 €
- Imobilizações incorpóreas	134 258,76 €	133 871,37 €	387,39 €	111,38 €
- Imobilizações corpóreas	150 784 510,00 €	26 272 713,31 €	124 511 796,69 €	124 776 791,90 €
- Investimentos financeiros	1 754 000,00 €	- €	1 754 000,00 €	2 370 999,12 €
Total - Ativo fixo	310 717 984,51 €	80 022 690,75 €	230 695 293,76 €	232 808 254,04 €
Circulante				
- Existências	98 563,10 €	- €	98 563,10 €	108 343,10 €
- Dívidas de terceiros MLP	- €	- €	- €	- €
- Dívidas de terceiros CP				
Contribuintes	13 142,14 €	- €	13 142,14 €	13 742,49 €
Utentes	1 327 881,03 €	134 722,16 €	1 193 158,87 €	1 224 966,29 €
Clientes, contribuintes e utentes cob. duvidosa	890 056,75 €	890 056,75 €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	301 505,34 €	- €	301 505,34 €	235 634,66 €
Outros devedores	- €	- €	- €	72 896,15 €
- Depósitos em instituições financeiras e caixa	10 862 621,16 €	- €	10 862 621,16 €	8 170 337,38 €
- Acréscimos e diferimentos			- €	
Acréscimos de proveitos	1 085,63 €	- €	1 085,63 €	399 924,26 €
Custos diferidos	40 101,81 €	- €	40 101,81 €	38 970,67 €
Total - Ativo circulante	13 534 956,96 €	1 024 778,91 €	12 510 178,05 €	10 264 815,00 €
Total - Ativo	324 252 941,47 €	81 047 469,66 €	243 205 471,81 €	243 073 069,04 €

6.1.1 Imobilizado

O imobilizado do Município apresenta-se, a 30 de junho de 2018, da seguinte forma:

Valor Bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Abates / regularizações/ alienações	Saldo final
Bens de domínio público				
- Terrenos e recursos naturais	116 868,01 €	- €	- €	116 868,01 €
- Outras construções e infra-estruturas	140 737 069,11 €	4 305 380,18 €	- €	145 042 449,29 €
- Bens do Património histórico, artístico e cultural	11 386,55 €	- €	- €	11 386,55 €
- Imobilizações em curso	15 304 042,52 €	1 897 016,57 €	- 4 326 547,29 €	12 874 511,80 €
Imobilizações incorpóreas				
- Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	133 852,80 €	- €	- €	133 852,80 €
- Propriedade industrial e outros direitos	123,76 €	282,20 €	- €	405,96 €
Imobilizações corpóreas				
- Terrenos e recursos naturais	19 933 702,03 €	32 197,50 €	- 70 100,00 €	19 895 799,53 €
- Edifícios e outras construções	100 084 993,62 €	- €	- €	100 084 993,62 €
- Equipamento básico	10 818 632,71 €	76 252,33 €	- 3 570,77 €	10 891 314,27 €
- Equipamento de transporte	3 660 022,43 €	55 229,32 €	- €	3 715 251,75 €
- Ferramentas e utensílios	13 518,87 €	3 428,25 €	- €	16 947,12 €
- Equipamento administrativo	4 421 755,34 €	65 389,72 €	- 14 035,87 €	4 473 109,19 €
- Outras imobilizações corpóreas	2 402 501,94 €	-	83,04 €	2 402 418,90 €
- Imobilizações corpóreas em curso	8 002 460,27 €	1 334 412,95 €	- 32 197,50 €	9 304 675,72 €
Investimentos Financeiros				
- Partes de Capital	643 400,00 €	- €	- €	643 400,00 €
- Obrigações e Títulos de Participação	1 727 599,12 €	- €	- 616 999,12 €	1 110 600,00 €
	308 011 929,08 €	7 769 589,02 €	- 5 063 533,59 €	310 717 984,51 €

As principais aquisições referem-se a bens de domínio público, nomeadamente construção de viadutos, arruamentos e obras complementares (2.052.408,10€), assim como sistema de drenagem de águas residuais (1.571.158,42€). O restante corresponde a outras obras na via pública, principalmente relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água.

Os valores em curso correspondem às obras ainda a decorrer e que fazem parte do plano de investimento do Município, nomeadamente:

- Construção de redes e estações elevatórias de Alhais, Silveirinha Grande, Silveirinha Pequena, Vieirinhos e Claras,
- Arranjos de passeios na sede de Albergaria dos Doze,
- Obra no Centro Escolar das Meirinhas,
- Requalificação da C+S da Guia,
- Requalificação dos espaços exteriores ao perímetro do centro escolar de Pombal,
- Requalificação da EN27

No que respeita às amortizações, apesar de não contemplado no mapa supra, considerando que se trata de uma informação semestral, considerámos para efeitos de cálculo dos resultados líquidos, metade do valor das amortizações de 2017 (9.663.935,99 €/2).

As restantes variações ocorridas no 1º semestre correspondem a abates e transferências entre contas.

Amortizações Acumuladas				
	Saldo inicial	Aumentos	Abates / Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
- Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
- Outras construções e infra-estruturas	50 509 014,65 €	3 107 091,42 €	- €	53 616 106,07 €
- Bens do Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €
Imobilizações incorpóreas				
- Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	133 852,80 €	- €	- €	133 852,80 €
- Propriedade industrial e outros direitos	12,38 €	6,19 €	- €	18,57 €
Imobilizações corpóreas				
- Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
- Edifícios e outras construções	9 427 634,61 €	746 341,89 €	- €	10 173 976,50 €
- Equipamento básico	6 474 537,28 €	542 739,60 €	3 570,76 €	7 013 706,12 €
- Equipamento de transporte	2 943 781,33 €	88 656,44 €	- €	3 032 437,77 €
- Ferramentas e utensílios	5 457,03 €	1 152,90 €	- €	6 609,93 €
- Equipamento administrativo	3 723 288,84 €	217 844,38 €	9 298,59 €	3 931 834,63 €
- Outras imobilizações corpóreas	1 986 096,22 €	128 135,20 €	83,04 €	2 114 148,38 €
	75 203 675,14 €	4 831 968,00 €	- 12 952,39 €	80 022 690,75 €
Valor líquido contabilístico	232 808 253,94 €	2 937 621,03 €	- 5 050 581,20 €	230 695 293,77 €

6.1.2 Dívidas de terceiros - curto prazo

Esta rubrica apresenta-se, a 30 de junho de 2018, da seguinte forma:

Dívidas de terceiros CP	30.06.2018	31.12.2017
- Clientes, Contribuintes	1 206 301,01 €	1 238 708,78 €
- Estado e outros entes públicos	301 505,34 €	235 634,66 €
- Outros devedores	- €	72 896,15 €
	1 507 806,35 €	1 547 239,59 €

O valor mais expressivo da rubrica de dívidas de terceiros – curto prazo corresponde ao saldo de clientes cujo valor bruto se situa nos 2.231.079,92 €. Este valor encontra-se diminuído em

1.024.778,91 € que corresponde ao valor estimado para a provisão de cobrança duvidosa de dívidas superiores a um ano. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2017 cifrou-se em 890.056,75 €. O remanescente corresponde a uma estimativa, uma vez que à data não se encontrava calculado o valor da provisão.

Deste montante, o valor de 567.396,43 € corresponde a dívida de utentes de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, sendo que a restante receita respeita a prestação de serviços, rendas e alugueres, cobrança de taxas, licenças, publicidade e outros serviços prestados aos municípios.

Na conta Estado e outros entes públicos, o Município apresenta um saldo a receber de IVA no montante de 301.505,34 €. Este valor transita de anos anteriores e deve-se ao facto de o Município estar sujeito a IVA em algumas das suas atividades.

6.1.3 Depósitos em instituições financeiras e caixa

A 30 de Junho de 2018 esta rubrica apresenta-se da seguinte forma:

Depósitos em instituições financeiras e caixa	30.06.2018	31.12.2017
- Caixa	5.783,37 €	1.402,81 €
- Depósitos em instituições financeiras	10.856.837,79 €	8.168.934,57 €
	10.862.621,16 €	8.170.337,38 €

Os depósitos em instituições financeiras representam os saldos que o Município tem depositados em instituições bancárias (contas à ordem). Obtivemos as reconciliações bancárias, bem como os respetivos extratos bancários, tendo concluído que existem diversos movimentos em aberto que devem ser analisados e regularizados até ao final do exercício, uma vez que transitam de exercícios anteriores e ainda se encontram pendentes de registo.

Verificámos ainda que existem diversas entradas de dinheiro, principalmente relativas a junho, que ainda não se encontram registadas na contabilidade. Como exemplo detalhamos algumas situações:

Conta	Banco	Valor	Nota
1291	CGD 886431	59 650,69 €	Transferência de várias entidades recebidas em junho
1201	CGD 667230	15 367,29 €	Transferência da Agência de desenv. CO em abril
1201	CGD 456630	80 591,52 €	Transferência da Agência de desenv. CO em março e abril
1201	CGD 4006350371	233 768,41 €	Transferência de várias entidades recebidas em junho
1201	CCAM 4021871137	57 044,50 €	Transferência de freguesias e outras entidades de março a junho
		446 422,41 €	

Tal facto, influência o cálculo da taxa de execução da receita, que em 30 de junho se situa abaixo do que seria expectável.

6.2 Balanço – Fundos Próprios e Passivo

Balanço – Fundos Próprios e Passivo	30.06.2018	31.12.2017
Fundos Próprios		
- Património	48 614 613,81 €	47 172 335,64 €
- Reservas legais	4 830 832,11 €	4 580 655,55 €
- Doações	- €	5 084,70 €
- Resultados transitados	102 896 355,96 €	99 681 888,83 €
- Resultado líquido do exercício	580 088,92 €	4 901 837,16 €
Total - Fundos Próprios	156 921 890,80 €	156 341 801,88 €
Passivo		
- Provisões para riscos e encargos	940 877,34 €	940 877,34 €
- Dívidas a terceiros MLP	- €	4 622 093,69 €
- Dívidas a terceiros CP		
Emprestimo de curto prazo	4 104 844,89 €	663 329,53 €
Fornecedores conta corrente	77 981,49 €	114 858,77 €
Fornecedores - Fat. recepção e conferência	320 594,19 €	349 681,52 €
Credores pela execução do Orçamento	233 600,47 €	- €
Estado e outros entes públicos	189 323,71 €	92 537,20 €
Outros credores	3 148 777,62 €	2 966 015,74 €
- Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	1 184 273,26 €	1 184 273,26 €
Proveitos diferidos	76 083 308,05 €	75 797 600,11 €
Total - Passivo	86 283 581,02 €	86 731 267,16 €
Total - Fundos Próprios e Passivo	243 205 471,82 €	243 073 069,04 €



6.2.1 Fundos Próprios

Apesar de à data do presente relatório, os resultados gerados no exercício de 2017 ainda não se encontrarem distribuídos conforme proposta de aplicação de resultados aprovada, os fundos próprios aqui apresentados já refletem essa variação.

Assim conforme proposta de aplicação de resultados aprovada, o resultado líquido do exercício de 2017, de 4.902.837,16€, foi, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais no montante de 245.091,86% (5% do resultado líquido),
- Reforço da conta 51 Património no valor de 1.442,278,17 €, uma vez que a mesma apresentava um saldo inferior ao limite mínimo imposto pelo POCAL (20% do ativo líquido), e
- O remanescente para resultados transitados (3.214.467,13€)

6.2.2 Dívidas a terceiros – curto prazo

As Dívidas a terceiros – curto prazo, detalham-se da seguinte forma:

Dívidas a terceiros CP	30.06.2018	31.12.2017
- Empréstimos obtidos	4 104 844,89 €	663 329,53 €
- Fornecedores conta corrente	77 981,49 €	114 858,77 €
- Fornecedores-faturas em receção e conferência	320 594,19 €	349 681,52 €
- Credores pela execução do orçamento	233 600,47 €	- €
- Estado e outros entes públicos	189 323,71 €	92 537,20 €
- Outros credores	3 148 777,62 €	2 966 015,74 €
	8 075 122,37 €	4 186 422,76 €

No que se refere aos empréstimos obtidos, por não existir a obrigatoriedade de preparar as demonstrações financeiras intercalares o valor dos financiamentos obtidos apresenta-se no curto prazo. Da validação do saldo apresentado, não existem diferenças a relatar.

O montante apresentado na rubrica de fornecedores em receção e conferência corresponde a diversas faturas de fornecedores, recebidas, mas ainda não lançadas na conta corrente do fornecedor, por aguardarem validação dos serviços.

No que se refere à conta de credores pela execução do orçamento, o valor aqui apresentado corresponde as Ordens de Pagamento que estão liquidadas (conta terceiros debitada, por contrapartida da conta 25.2 credores pela execução do orçamento). Só quando estão efetivamente pagas (pela Tesoureira) é que a conta 25.2 fica saldada por contrapartida da conta 11. No entanto, esta situação é transitória, pois nos termos do POCAL, no final do exercício de 2018, este saldo tem de se apresentar nulo.

O saldo de outros credores é justificado pelo valor apresentado na rubrica de fornecedores com depósitos de garantia e cauções (2.650.241,55€).

6.3 Demonstração dos resultados

Considerando os pressupostos acima referidos no que se refere às amortizações e provisões, a demonstração de resultados estimada, com base no balancete analítico recibo e reportado a 30 de junho de 2018, apresenta-se abaixo.



Demonstração dos Resultados	30.06.2018	30.06.2017
Custos e perdas		
Custo das mercadorias vendidas	64 505,27 €	75 424,71 €
Fornecimentos e serviços externos	3 852 802,75 €	3 919 637,88 €
Custos com o pessoal	3 939 652,10 €	3 913 861,26 €
Transferências correntes concedidas	1 411 618,11 €	1 522 480,41 €
Amortizações do exercício	4 831 968,00 €	4 783 170,00 €
Provisões do exercício	134 722,16 €	424 950,26 €
Outros custos e perdas operacionais	138 125,65 €	106 742,41 €
(A)	14 373 394,04 €	14 746 266,93 €
Custos e perdas financeiras	30 313,11 €	40 380,15 €
(C)	14 403 707,15 €	14 786 647,08 €
Custos e perdas extraordinários	845 253,87 €	1 309 181,03 €
(E)	15 248 961,02 €	16 095 828,11 €
Resultado líquido do exercício	580 088,92 €	1 234 763,04 €
	15 829 049,93 €	17 330 591,15 €
Rendimentos e ganhos		
Vendas e prestações de serviços	2 768 589,72 €	2 825 781,45 €
Impostos e taxas	4 969 397,45 €	4 768 597,80 €
Transferências correntes e subsídios obtidos	7 441 510,06 €	8 388 500,33 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	109 036,30 €	187 350,20 €
(B)	15 288 533,53 €	16 170 229,78 €
Proveitos e ganhos financeiros	434 301,06 €	468 366,67 €
(D)	15 722 834,59 €	16 638 596,45 €
Proveitos e ganhos extraordinários	106 215,34 €	691 994,70 €
(F)	15 829 049,93 €	17 330 591,15 €
Resultados operacionais (B) - (A)	915 139,49 €	1 423 962,85 €
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	403 987,95 €	427 986,52 €
Resultados correntes (D) - (C)	1 319 127,45 €	1 851 949,37 €
Resultado líquido do exercício (F) - (E)	580 088,92 €	1 234 763,04 €

6.3.1 Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos para o primeiro semestre de 2018, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	30.06.2018	30.06.2017	Variação
- Eletricidade	918 753,17 €	888 971,76 €	29 781,41 €
- Combustíveis	274 976,78 €	218 008,14 €	56 968,64 €
- Outros fluidos	75 744,57 €	78 508,56 €	- 2 763,99 €
- Ferramentas e utensílios	5 764,65 €	4 357,07 €	1 407,58 €
- livros e documentação técnica	62,91 €	- €	62,91 €
- Material de escritório	10 262,80 €	15 582,70 €	- 5 319,90 €
- Artigos para oferta	9 741,51 €	7 635,27 €	2 106,24 €
- Rendas e alugueres	82 102,75 €	94 646,84 €	- 12 544,09 €
- Transportes escolares	411 832,29 €	513 368,46 €	- 101 536,17 €
- Despesas de representação	2 216,58 €	5 566,45 €	- 3 349,87 €
- Comunicação	17 587,27 €	18 607,08 €	- 1 019,81 €
- Seguros	76 473,05 €	73 405,20 €	3 067,85 €
- Deslocações e estadas	10 860,45 €	8 440,06 €	2 420,39 €
- Honorários	4 858,50 €	5 459,33 €	- 600,83 €
- Correios e telecomunicações	52 114,25 €	64 124,83 €	- 12 010,58 €
- Conservação e reparação	193 669,28 €	305 621,55 €	- 111 952,27 €
- Publicidade e propaganda	47 893,56 €	53 214,75 €	- 5 321,19 €
- Limpeza, higiene e conforto	80 629,75 €	28 588,33 €	52 041,42 €
- Vigilância e segurança	60 538,29 €	43 999,07 €	16 539,22 €
- Trabalhos especializados	301 916,80 €	445 425,84 €	- 143 509,04 €
- Material de educação, cultura e recreio	377,30 €	3 469,47 €	- 3 092,17 €
- Vestuário e artigos pessoais	11 350,29 €	2 818,01 €	8 532,28 €
- Material de transporte - peças	39 608,53 €	20 483,20 €	19 125,33 €
- Formação	2 311,89 €	4 184,85 €	- 1 872,96 €
- Assistência técnica	6 667,32 €	11 281,74 €	- 4 614,42 €
- Material de consumo clínico	554,28 €	132,05 €	422,23 €
- Outro material - peças	8 845,76 €	3 446,69 €	5 399,07 €
- Seminários, exposições e similares	2 298,95 €	4 922,40 €	- 2 623,45 €
- Serviços de Saúde	9 385,68 €	7 821,40 €	1 564,28 €
- Alimentação - Generos para confeccionar	12 116,67 €	14 275,19 €	- 2 158,52 €
- Bares - Produtos alimentares e bebidas	1 598,52 €	1 898,70 €	- 300,18 €
- Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	13 180,42 €	10 338,55 €	2 841,87 €
- Encargos de cobrança	131 208,33 €	128 875,53 €	2 332,80 €
- Outros fornecimentos e serviços	943 561,31 €	819 691,78 €	123 869,53 €
- Materiais diversos	31 738,29 €	12 467,03 €	19 271,26 €
Total	3 852 802,75 €	3 919 637,88 €	- 66 835,13 €

Comparativamente com o período homologado, no geral, o Município apresenta uma ligeira redução de custos, nomeadamente nas rubricas de: (1) transportes escolares, (2) conservação e reparação, (3) trabalhos especializados.

No que se refere às rubricas que apresentam maior variação, salientamos: (1) combustíveis, (2) limpeza higiene e conforto, (3) outros fornecimentos de bens e serviços, com e sem IVA.

Nesta última estão incluídas despesas com iluminação pública faturada pela EDP (508.593,67 €), animação do Festival Pombalino, prestação de serviços para elaboração do cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa de estabelecimento de água no Município, entre outros.

6.3.2 Custos com o pessoal

Os Custos com o pessoal para o período findo em 30 de junho de 2018, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Custos com o pessoal	30.06.2018	30.06.2017
- Remunerações dos órgãos autárquicos	128 871,11 €	154 753,09 €
- Remunerações do pessoal	3 065 982,59 €	3 007 562,21 €
- Pensões	19 031,46 €	19 348,71 €
- Encargos sobre remunerações	608 970,51 €	608 270,91 €
- Seg. de acidentes no trabalho e doenças profissionais	25 558,04 €	34 958,28 €
- Outros custos com o pessoal	91 238,39 €	88 968,06 €
Total	3 939 652,10 €	3 913 861,26 €

Considerando os elementos fornecidos, em 30 de junho de 2018, o município contava com 465 colaboradores. Dos procedimentos executados, não foram identificados assuntos passíveis de reporte.

6.3.3 Transferências correntes concedidas

Os gastos com transferências correntes para o primeiro semestre de 2018 são integralmente relacionados com transferências correntes e subsídios concedidos.



Transferências correntes concedidas	30.06.2018	30.06.2017
- Transferências correntes concedidas	1 383 830,24 €	1 492 573,39 €
- Subsídios correntes concedidos	27 787,87 €	29 907,02 €
	1 411 618,11 €	1 522 480,41 €

6.3.4 Vendas, prestações de serviços e transferências e subsídios obtidos

Os Proveitos operacionais para o período findo em 30 de junho de 2018, e respetivos comparativos, detalham-se conforme se segue:

Rendimentos e ganhos operacionais	30.06.2018	30.06.2017
Vendas e Prestação de serviços		
- Vendas	591 906,72 €	637 800,62 €
- Prestação serviços	2 176 683,00 €	2 187 980,83 €
Impostos e taxas		
- Impostos diretos	4 696 139,79 €	4 560 866,32 €
- Impostos indiretos	108 181,20 €	31 846,32 €
- Taxas	249 178,22 €	239 511,74 €
- Reembolsos e restituições	- 84 936,76 €	64 436,58 €
- Outros	835,00 €	810,00 €
Proveitos suplementares	109 036,30 €	187 350,20 €
Transferências e subsídios obtidos		
- Orçamento do estado	6 922 944,00 €	6 820 638,00 €
- Fundos e serviços autónomos	462 170,44 €	369 984,10 €
- Famílias	22 586,93 €	- €
- Exterior	8 456,13 €	1 180 860,36 €
- Empresas	25 352,56 €	17 017,87 €
	15 288 533,53 €	16 170 229,78 €

Validámos, por amostragem, os montantes aqui apresentados, não existindo situações a relatar.

6.3.5 Proveitos e ganhos financeiros

Estes proveitos justificam-se, principalmente, pelo valor recebido da renda cobrada à EDP pela concessão dos terrenos, propriedade do Município.

